

RACIONALIDADE PRÁTICA EM ALASDAIR MACINTYRE E PAUL RICOUER

Practical rationality in Alasdair MacIntyre and Paul Ricoeur

Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves¹

Resumo: Neste trabalho apresentaremos duas posições filosóficas contemporâneas sobre a discussão acerca da racionalidade prática e a compreensão das ações humanas, que de modo distinto visam atribuir à noção de racionalidade prática um caráter de sociabilidade e superar uma visão atomizada de ação. Apresentaremos a compreensão de Alasdair MacIntyre sobre a racionalidade prática, que implica a discussão de conceitos como raciocínio prático, unidade narrativa e sua vinculação às virtudes e à tradição. Assim como, apresentaremos a abordagem de Paul Ricoeur sobre razão prática, que envolve tanto as noções de razão de agir, raciocínio prático, regras de agir, como de planos de vida e narrativa.

Palavras-chave: Racionalidade prática; narrativa. Alasdair MacIntyre; Paul Ricoeur.

Abstract: In this paper we present two contemporary philosophical positions about the discussion of practical rationality and understanding of human actions which in the differently way aim to ascribe the notion of practical rationality, a character of sociability and to overcome an atomized view of action. We present the understanding of Alasdair MacIntyre about the practical rationality which implies a discussion of concepts as practical reasoning, narrative unity and its connection to the virtues and tradition. As we present the approach of Paul Ricoeur about practical reason which involves both the notions of reason to act, practical reasoning, rules to act as life plans and narrative.

Keywords: Practical rationality; narrative; Alasdair MacIntyre; Paul Ricoeur.

Introdução

Muitos teóricos contemporâneos empreendem uma discussão filosófica sobre a racionalidade prática e a compreensão das ações humanas, alguns deles dialogam constantemente com Aristóteles e a noção de *phronesis*. Embora de

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Email: isabelhipolito@ifpi.edu.br

modos diversos, a maioria visa atribuir à noção de racionalidade prática um caráter de sociabilidade e teleologia e superar uma visão atomizada de ação.

Neste trabalho apresentaremos duas posições filosóficas contemporâneas sobre esta discussão. Apresentaremos a compreensão de Alasdair MacIntyre sobre a racionalidade prática, que implica a discussão de conceitos como raciocínio prático, unidade narrativa e sua vinculação às virtudes e à tradição. Utilizaremos as discussões apresentadas por este filósofo nas obras *After virtue* (1981), *Whose Justice? Which Rationality?* (1988) e *Dependent Rational Animals* (1999). Assim como, apresentaremos a abordagem de Paul Ricouer sobre razão prática, que envolve tanto as noções de razão de agir, raciocínio prático, regras de agir, como de planos de vida e narrativa. A discussão se pautou na abordagem feita pelo autor nas obras *Do texto à ação* e *O si mesmo como outro*.

Racionalidade prática no pensamento de Alasdair MacIntyre

Percorrendo as obras *After virtue* (1981), *Whose Justice? Which Rationality?* (1988) e *Dependent Rational Animals* (1999), tentamos nos aproximar de uma caracterização da racionalidade prática no interior do pensamento de Alasdair MacIntyre. A partir de um diálogo com a tradição clássica, especialmente a ética de Aristóteles, MacIntyre vai delimitando o tipo de raciocínio prático que se expressa em sua ética das virtudes. Nesta delimitação alguns elementos se tornam centrais: a importância da estrutura social; a interdependência entre o raciocínio prático e o exercício das virtudes; o caráter teleológico da natureza e do agir humano; o conceito de florescimento humano e de raciocínio prático independente.

MacIntyre vai afirmar o caráter de sociabilidade do ser humano e do seu agir, ao desenvolver o conceito de prática². Ao fazê-lo assume a defesa dos bens de

² MacIntyre descreve e explica o conceito de prática em *Depois da Virtude* (2001): “prática é qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a esta forma de atividade são realizados durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade, e parcialmente dela definidores, tendo como consequência a ampliação sistemática dos poderes humanos para alcançar

excelência, que denomina de bens internos às práticas, enfatizando o caráter das virtudes como disposições e qualidades necessárias ao exercício das práticas e alcance desses bens.

A ação humana, ou melhor, a ação boa, se caracteriza mediante a estrutura social na qual o agente está inserido e que lhe confere sentido. São os papéis e funções dos sujeitos no interior de uma unidade comunitária que garantem inteligibilidade à sua ação e que permitem avaliá-la como uma boa ação, justamente por ser a ação esperada. Esta visão, expressa no pensamento de MacIntyre, está presente na tradição clássica – que ele se reconhece como adepto – exemplificada pela sociedade heróica retratada por Homero.

Nesta perspectiva, as virtudes serão definidas por MacIntyre não como qualidades gerais que podem ser desenvolvidas e aplicadas por qualquer agente racional de forma neutra e universal, mas como disposições e qualidades que informam a ação do sujeito tendo em vista o atendimento a padrões de excelência internos às práticas e à comunidade na qual se encontram vinculadas, ou seja, àquelas atividades que são desenvolvidas tendo em vista a perseguição de certos bens e estão vinculadas a uma estrutura social que lhes confere unidade e um *telos*.

Assim, o sujeito moral em MacIntyre não pode ser definido de modo neutro e autônomo, mas informado pela estrutura social a que pertence e sua ação moral não poderá ser caracterizada à revelia de seu papel social, assim como o exercício das virtudes por esse sujeito só terá sentido mediante a possibilidade de realização deste papel, como o bom e o melhor. Neste sentido, MacIntyre afirma que

todo modo de raciocínio prático é também um modo de interpretação social. Para um indivíduo ser ou parecer racional implica o indivíduo participar de transações e relações governadas por normas de uma ordem social institucionalizada particular. Por isso *'racional' não é um predicado a ser aplicado a indivíduos enquanto indivíduos, mas somente a indivíduos enquanto participantes em uma ordem social particular incorporando concepções particulares de racionalidade. É somente porque e na medida que ordens sociais incorporam*

tal excelência, e dos conceitos humanos dos fins e dos bens envolvidos.” (MacINTYRE, 2001, p. 316)

concepções do que é ser racional, que indivíduos são capazes de avaliar a si mesmos e aos outros como racionais.³

Contudo, vale ressaltar que a relação entre racionalidade prática e estrutura social, assim como a relação entre a ação moral e os papéis sociais que o sujeito assume diante de sua comunidade não são, na teoria macintyriana cristalizadas, não assumem um caráter de rigidez indissolúvel a ponto de anular a subjetividade do agente moral.

Seguindo, podemos afirmar que MacIntyre assume de Aristóteles a estrutura do raciocínio prático e sua relação de interdependência com o exercício das virtudes, assim como a defesa do caráter teleológico da natureza e do agir humano, e a necessidade de uma estrutura social e política institucionalizada que possibilite a integração das virtudes e forneça o *locus* para sustentação das práticas e do florescimento humano.

MacIntyre vai afirmar que a conclusão de um raciocínio prático sólido e eficaz é a realização de uma ação, uma ação que é a melhor a ser realizada no contexto prático de uma situação determinada. O raciocínio que conduz a essa ação começa com premissas sobre o bem que estão em jogo na situação concreta, assim como os riscos e ameaças que se apresentam. Identificar na prática os bens que estão em jogos nas diversas situações concretas e as ameaças que cercam esses bens e a partir dessas premissas efetivar o raciocínio prático, cuja conclusão é a realização de uma ação justa supõe a manifestação de um tipo de atitude que caracteriza as virtudes.⁴

Essa concepção do raciocínio prático que MacIntyre apresenta está em consonância com a estrutura do raciocínio prático que Aristóteles conceitualiza, onde temos um agente que, diante de uma situação concreta, lançará mão de uma avaliação sobre o bem em questão e sobre as condições que permitem a realização da ação, que será efetivada como uma conclusão necessária diante do raciocínio desenvolvido.

³ MacINTYRE, 1998b, p. 121. Tradução nossa. Grifo nosso.

⁴ MacINTYRE, 1999, p. 93.

Nestes termos, a racionalidade prática em MacIntyre, assim como em Aristóteles, está relacionada com o exercício das virtudes, uma vez que são elas que garantem o reconhecimento dos bens nas situações concretas e a deliberação pela melhor ação a ser realizada. Lembrando que o exercício das virtudes é aprendido no interior de uma estrutura social, no interior das práticas e das comunidades que as sustentam, pois são as comunidades que fornecem a estrutura institucional necessária à integração das virtudes e o sentido da vida humana, o *telos* que se anuncia como o horizonte para o qual a narrativa de vida de cada sujeito se encaminha, ao tempo que se constrói de modo dialético.

Neste ponto, é importante salientarmos o caráter narrativo da ação moral em MacIntyre. Para ele, só podemos caracterizar adequadamente a ação moral, assim como todos os comportamentos humanos, se a envolvermos numa narrativa que permita a compreensão das intenções do agente, tanto de longo como de curto prazo e como estas se relacionam entre si. Não existe um comportamento “em si”, todo comportamento para ser identificado e compreendido adequadamente exige a identificação e compreensão adequada das intenções do agente, das crenças e cenários⁵. Não há independência de qualquer comportamento em relação a esses elementos, como não há possibilidade de abstração de tal comportamento para além deles. Assim, “a história narrativa de um certo tipo revela-se o gênero fundamental e essencial para a caracterização das ações humanas”⁶.

A ação moral para ser caracterizada como tal e compreendida evoca uma caracterização do sujeito que a realiza, do raciocínio prático que o levou a realizar a ação, assim como de suas intenções e sua concepção de vida boa. MacIntyre aponta que para que alguém seja evocado como responsável por um ato uma explicação inteligível é exigida⁷: “identificar uma ocorrência como uma ação é (...) identificá-la

⁵ MacIntyre utiliza o termo “cenário” de forma abrangente para indicar uma instituição, uma prática, ou algum outro tipo de meio social humano. Para MacIntyre o cenário se caracteriza por ter uma história: “uma história dentro da qual as histórias de cada agente não sejam apenas, mas tenham de ser situadas, simplesmente porque, sem o cenário e suas mudanças com o passar do tempo, a história do agente e suas mudanças com o tempo serão ininteligíveis. É claro que o mesmo comportamento pode pertencer a mais de um cenário”. (MacINTYRE, 2001, p. 347)

⁶ MacINTYRE, 2001, p. 351.

⁷ MacIntyre afirma que o conceito de uma ação inteligível é mais fundamental do que o conceito de uma “ação como tal”. Mesmo que cada ato humano seja concebido de modo individualizado este só

com um tipo de descrição que nos permita ver tal ocorrência como fluindo inteligivelmente de intenções, motivações, paixões e propósitos de um agente humano.”⁸ Deste modo, para MacIntyre, cada ato humano torna-se inteligível quando encontra lugar numa narrativa.

A resposta à pergunta ‘*o que devo fazer?*’ só pode ser respondida mediante a resposta à pergunta ‘*de que histórias faço parte?*’. As crianças aprendem como é o mundo que as cercam, as pessoas, personagens, papéis, funções sociais, virtudes e vícios, ouvindo relatos, ouvindo as histórias sobre o mundo a que pertencem. Por meio dessas histórias essas crianças podem ser educadas para as virtudes. MacIntyre vai apontar que

ingressamos na sociedade humana com um ou mais papéis a nós atribuídos – papéis para os quais fomos recrutados – e temos de aprender o que são para poder entender como os outros reagem a nós e como nossas reações e eles poderão ser interpretadas.⁹

Neste ponto, MacIntyre utiliza o conceito de vida enquanto unidade narrativa. Para MacIntyre “a unidade de uma vida humana é a unidade de um relato de busca.”¹⁰ Enquanto narrativas de busca as vidas humanas podem obter êxito ou fracassar, e o critério para essa caracterização se constitui na própria busca, na própria narrativa, está relacionado ao *telos*, ao que se busca encontrar, ao bem. Contudo, este bem não está previamente dado, caracterizado de modo absoluto, mas é concebido no decorrer da busca, da jornada, no caminhar. “A busca é sempre uma educação quanto ao caráter do que se procura e de autoconhecimento.”¹¹

Vale lembrar que para MacIntyre, a busca pelo bem e o exercício das virtudes não é uma tarefa ou prática individual. A vivência de uma vida boa pelo sujeito está ligada a uma identidade social particular. O ponto de partida moral de cada um de nós, segundo MacIntyre, é a nossa herança social, comunitária e

será inteligível dentro de uma sequência que lhe confira sentido, e esta, por sua vez, só será inteligível mediante um contexto.

⁸ MacINTYRE, 2001, p. 352.

⁹ MacINTYRE, 2001, p. 363.

¹⁰ MacINTYRE, 2001, p. 367.

¹¹ MacINTYRE, 2001, p. 368.

política. O conjunto dos patrimônios, débitos e expectativas herdadas da minha família, tribo, cidade, nação constitui de modo legítimo minha particularidade moral e vai ser a base da minha identidade moral e pessoal. Sendo assim, todo raciocínio moral ocorre dentro de algum modo de pensamento tradicional, embora possa transcender as limitações deste no interior da mesma tradição.

Dessa forma, a ação moral, a melhor ação só tem sentido mediante o contexto da boa vida buscada por sujeito moral que se constitui como virtuoso enquanto aquele que exerce as virtudes ao conduzir sua vida, enquanto um relato de busca pelo bem, o bem que é definido tendo sempre em vista o horizonte que a tradição lhe oferece. Nestes termos, a racionalidade prática implica o sujeito conseguir avaliar as situações e agir podendo justificar sua ação como a melhor ação a ser realizada, tendo em vista o melhor bem a ser alcançado, mediante um distanciamento de seus desejos imediatos, a compreensão de possibilidades futuras compartilhadas, e a manutenção das relações sociais que permitem o desenvolvimento de si mesmo e dos outros.

Razão prática no pensamento de Paul Ricouer

No capítulo intitulado “Razão prática” do livro *Do texto à ação*¹², Ricouer apresenta uma concepção de razão prática que ele constrói por etapas. Em um primeiro momento Ricouer apresenta as noções de ‘razão de agir’ e de raciocínio prático’, em seguida apresenta as noções de ‘regra de ação’ e ‘conduta submetida a regras’.

Em um primeiro nível Ricouer estabelece a relação entre razão prática e ação sensata. Ação sensata é tomada aqui como a ação da qual o agente pode oferecer razões que possibilitam a um outro ou a si mesmo reconhecê-la (a ação) como inteligível. Assim, a ação é considerada sensata na medida em que é aceita como portadora de inteligibilidade em uma comunidade que compartilha determinada linguagem e valores, neste caso encontra as condições de

¹² RICOUER, Paul. **Do texto a ação**: ensaios de hermenêutica II. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés Editora, 1989.

aceitabilidade, que se referem aquelas as quais devem ser satisfeitas com as respostas as perguntas como “o que você faz?” e “porque faz e com que finalidade?”. Neste aspecto as condições de aceitabilidade de uma ação são públicas, as nossas explicações, justificações ou desculpas são sempre públicas. Neste sentido, Ricoeur diz: “tudo o que é pressuposto neste primeiro nível de investigação é que a ação humana não é muda nem incomunicável. Não é muda no sentido de que podemos dizer o que fazemos e porque fazemos.”¹³

Neste nível apresentado, a noção em questão é a de ‘razão de agir’, que está ligada as respostas do agente que tornam inteligível sua ação. Ricoeur apresenta quatro traços que caracterizam a noção de ‘razão de agir’. São eles: 1) caráter de desejabilidade; 2) generalidade dos motivos; 3) disposição como estrutura teleológica; 4) intencionalidade.¹⁴

A condição mínima de inteligibilidade de uma ação sensata reside nos motivos que o agente pode apontar para agir, motivos aqui entendidos como desejo de agir, ou caráter de desejabilidade, que não implicam uma hierarquia nem excluem motivos irracionais como razões para agir. Contudo, a desejabilidade pode em algum momento ser submetida a exame – quando por exemplo precisamos explicar nossas ações a fim de esclarecer um mal entendido – e aí ela pode ser explicitada por meio da apresentação dos motivos como assumindo uma generalidade, o que implica dizer que uma ação singular pode ser considerada a partir de motivos que podem explicar outros atos. Mais uma vez, aqui não se exclui os motivos considerados irracionais. Neste caso, “explicar é interpretar esta ação como exemplo de tal classe de disposições.”¹⁵

A explicação de uma ação em termos de disposição implica uma causalidade, mas não uma causalidade do tipo linear, mas uma causalidade teleológica. As disposições implicam o visar de um fim que se quer alcançar com determinada ação, e para tal o agente lança mão de um repertório de saber-fazer que são eleitos para realizar o fim visado. Nisto reside também o caráter de

¹³ RICOEUR, 1989, p. 238.

¹⁴ RICOEUR, 1989, p. 239 - 242.

¹⁵ RICOEUR, 1989, p. 240.

intencionalidade da ação. Nestes termos, “a explicação teleológica é a lógica implícita em todo uso da noção de motivo no sentido de disposição para...”¹⁶.

Até aqui a ‘razão de agir’ foi considerada a partir do caráter de desejabilidade, dos motivos e das disposições para agir que o agente pode considerar como garantidores de inteligibilidade da ação – ação que pode ser justificada, explicada ou interpretada nestes termos – contudo, Ricouer aponta que todos esses elementos têm caráter retrospectivo em relação a ação e no entanto as razões de agir podem se relacionar com a intenção do agente, no sentido de que existe um encadeamento entre ações: uma ação pode ser realizada tendo em vista a realização de outra ação. Nestes termos, a explicação de uma ação e sua intenção implica ordenamento de ações e intenções.

Neste ponto, Ricouer lança mão da noção de raciocínio prático, afirmando que o raciocínio prático tem como função estabelecer uma ordem das razões de agir, tendo em vista uma intenção. O raciocínio prático aqui implica a ordenação dos meios de modo estratégico para que a distância entre o caráter de desejabilidade – a razão última de agir – e a ação singular, antes estabelecida, seja percorrida.

Todos esses elementos apresentados compõem a noção de ‘razão de agir’, que para Ricouer ainda não é suficiente para explicitar a razão prática. A esta noção deve-se acrescentar a noção de ‘regra de ação’.

Ricouer vai afirmar que uma ação para ser considerada social não basta apenas ser comunicada a outros é preciso que leve em consideração a ação de outro e esteja em relação com ela. Uma ação sensata é sempre pública, como vimos, mas, além disso, deve estar sempre governada por regras, que a colocam em consideração e relação a ações de outros.¹⁷ As regras são tomadas aqui não como meios de coerção ou constrangimento, mas como um contexto de descrição de ações particulares – para o observador – e como configuração da ação, dando-lhe sentido e finalidade– para o próprio agente.

¹⁶ RICOUER, 1989, p. 241.

¹⁷ Ricouer faz referência à sociologia compreensiva de Max Weber. (RICOUER, 1989, p. 243)

Nestes termos, Ricouer acredita ter dado ao conceito de razão prática um componente tanto psicológico – razão de agir e raciocínio prático – como sociológico – regra de ação – com o qual aponta ter ido além do silogismo prático de Aristóteles, uma vez que além da deliberação sobre meios há, mediante o conceito de regra de ação, uma deliberação sobre fins. Isso se dá, aponta Ricouer, no sentido de que quando o agente se encontra diante de regras distintas ele precisa deliberar pela concretização destas e o direcionamento das mesmas à sua ação, este direcionamento diz respeito aos fins da ação e não propriamente aos meios.

Aqui, Ricouer aponta ter apreendido a razão prática em sua inteireza, quando considera em conjunto tanto a noção de agir quanto a de regra de ação, e, assim, diz se aproximar de Aristóteles e o seu conceito de sabedoria prática ou *phronesis*. Ele aponta que a definição aristotélica de virtude¹⁸

tem o mérito de coordenar uma componente psicológica, ou seja, a preferência raciocinada; uma componente lógica, a argumentação que arbitra entre duas reivindicações percebidas uma como defeito, a outra como excesso, para chegar àquilo que Aristóteles chama uma medianidade; uma componente axiológica, a norma ou regra geral; finalmente, a justeza pessoal do *phronimos*, eu direi, o gosto ou relance ético que personaliza a norma.¹⁹

Ele afirma que o “o raciocínio prático é o segmento discursivo da *phronesis*” e que a razão prática, assim como ele esboçou, tomada em seu conjunto – razão de agir, raciocínio prático e regra de ação – associa desejo, cálculo e norma que se concretizam mediante o discernimento pessoal do agente.

A partir destes elementos podemos observar, que mesmo Ricouer tentando aproximar o seu conceito de razão prática do conceito aristotélico de *phronesis*, encontramos uma lacuna entre os dois conceitos. Em Ricouer, de acordo com o modo com que ele vai esboçando o seu conceito, a razão prática não escapa de um solipsismo. O modelo é de um agente que atribui razões para sua ação que possam ser comunicáveis e assim inteligíveis publicamente e que tem seu caráter social determinado pelas regras de ação que fazem com o agente esteja ligado a outros. O

¹⁸ “A virtude é um estado habitual que dirige a decisão (*hexis proairétikè*) que consiste numa medianidade – [ou um justo meio] – relativo a nós, cuja norma é a regra moral, quer dizer, exatamente aquela que o sábio lhe daria.” (Aristóteles, apud Ricouer, 1989, p. 246)

¹⁹ RICOUER, 1989, p. 246.

componente social da ação e a ligação entre os sujeitos se dá em termos de regras sociais. Não existe uma estrutura maior – teleológica – que possibilite o vínculo entre os sujeitos e que garanta um sentido funcional à ação dentro de um todo social. Neste sentido, o agente em Ricouer e o *phronimos* aristotélico se distanciam, uma vez que a *phronesis* diz respeito a uma virtude que possibilita a deliberação e a realização pela melhor ação, que só tem sentido e funcionalidade no interior de uma comunidade – a *pólis* – que tem um *telos* último.

Contudo, Ricouer, na obra “O si mesmo como outro”²⁰, vai lançar mão dos conceitos de prática e de padrões excelência, de MacIntyre, assim como do conceito de *planos de vida* – que tem sentido no interior da teoria narrativa – para escapar de uma interpretação solipsista acerca da ação e de seu agente.

Ricouer eleva o conceito de ação ao nível da práxis, para poder afirmar uma teleologia na ação, tendo em vista uma integração das práxis na ideia de “vida boa”. Seguindo MacIntyre, Ricouer afirma que as práticas são atividades socialmente estabelecidas e seus padrões de excelência têm sua própria história indo além do agente solitário, sendo fruto de acordos duráveis sobre os critérios e níveis de excelência. Ele vai afirmar que “os padrões de excelência permitem dar sentido à idéia de bens iminentes à prática. Esses bens iminentes constituem a teleologia interna à ação.”²¹

Essa noção de bens iminentes às práticas ganham extensão a partir da integração das ações no que Ricouer chama de *planos de vida*. Ele diz: “chamaremos de *planos de vida* a essas vastas unidades práticas que designamos como vida profissional, vida de família, vida de lazer etc; (...)”²² Com o conceito de *planos de vida* Ricouer quer apontar o caráter complexo do campo prático que se encontra em constante movimento reunindo as ações e práticas a partir de um horizonte de ideais e projetos que apreendem a vida em sua unicidade. Neste sentido, ele diz se aproximar do que MacIntyre chama “unidade narrativa de uma

²⁰ RICOUER, Paul. **O si mesmo como outro**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

²¹ RICOUER, 1991, p. 208.

²² RICOUER, 1991, p. 186-187.

vida”, que não implica no somatório das práticas, mas que é regida por um projeto de uma vida enquanto unidade.²³

Para Ricouer a concepção da vida enquanto narrativa é essencial para perspectiva ética da vida humana, pois a noção de “vida boa” é uma qualificação ética que exige uma abordagem da vida enquanto vida reunida. Ele diz:

é preciso que a vida seja reunida para que ela possa colocar-se na perspectiva da verdadeira vida. Se minha vida não pode ser interpretada como uma totalidade singular, eu não poderia nunca desejar que ela fosse sucedida, completa.²⁴

Neste sentido, Ricouer afirma que as ações são configuradas e integradas em planos de vida, e isso implica um movimento de reciprocidade entre a especificação de ideais longínquos e as escolhas no domínio prático. Esse movimento implica um uso da *phronésis* que escapa ao modelo meio-fim. Na relação entre prática e planos de vida é que se pode, segundo Ricouer, sustentar que a práxis tem um “fim em si mesma” e que ao mesmo tempo tende para um ‘fim último’. Todas as ações têm um fim em si mesmas, mas estas estão sempre integradas em vista de uma “vida boa”, que só pode ser avaliada em sua unicidade. Neste sentido, as ações humanas têm uma finalidade superior, mas que é interior ao próprio agir humano.

Considerações finais

As discussões apresentadas evidenciam propostas de interpretação da racionalidade prática que dialogam com a noção de razão prática de Aristóteles, e visam dar uma explicação inteligível à ação humana tendo em vista à superação das concepções atomistas por meio da noção de narrativa. Contudo, embora a abordagem narrativa de Paul Ricouer e a proposta de Alasdair MacIntyre se aproximem em alguns pontos e conceitos-chave, se distanciam em outros.

Como apresentamos, Ricouer vai de uma concepção ainda solipsista de razão prática, na qual a racionalidade da ação reside em atribuir inteligibilidade a

²³ Ver: RICOUER, 1991, p. 187.

²⁴ RICOUER, 1991, p. 190.

mesma em termos de relações entre motivos, regras e ação realizada, para uma noção mais teleológica e narrativa de ação, que envolve a noção de prática e planos de vida.

No que tange a estrutura da razão prática que implica, a princípio, os conceitos de razão para agir, raciocínio prático e regras de ação, afirmamos que Ricouer não foge de uma abordagem ainda atomista de ação. Embora só diga respeito aos meios para ação, o raciocínio prático em Ricouer ordena os meios de cada ação singular sem estabelecer nenhuma relação com bem humano enquanto tal. Mesmo indicando que as razões de agir são sempre algo comunicável e assim, público, o processo de atribuição de inteligibilidade ocorre como se fosse algo interno ao sujeito, é o sujeito dialogando com os seus desejos, suas intenções e a possibilidade de tornar isso inteligível a outros.

O próprio Ricouer aponta que “mesmo se os motivos alegados estão abertos à compreensão pública, continuam a ser os motivos de um agente individual”²⁵ Para resolver esse problema ele lança mão da noção de ação governada por regras, apontando que pelas regras a ação está sempre em consideração e em relação aos outros. Contudo, neste aspecto a o caráter de sociabilidade das ações humanas está delimitado apenas por regras e não por vínculos e heranças comunitárias que alimentam um fim a ser perseguido e serve de horizonte às ações e a possibilidade de sua integração.

Até este ponto, em Ricouer, não há espaço para a noção de bem enquanto tal, ou de orientação dos desejos. Em princípio parece que tudo pode ser desejado e que todo desejo pode ser um motivo razoável para o agir. Os desejos e motivos só precisam compor uma espécie de narrativa inteligível no sentido de estabelecerem mutuas implicações entre ações para que sejam considerados inteligíveis no interior de um raciocínio prático comunicável.

Neste aspecto, a noção de razão prática em Ricouer se afasta da noção de racionalidade prática em Alasdair MacIntyre. Neste, a noção de bem humano

²⁵ RICOUER, 1989, p. 243

enquanto tal é imprescindível para consideração de que a ação seja fruto de uma razão prática. Pois o raciocínio prático em MacIntyre implica a deliberação de um sujeito que analisa o bem que está em jogo em uma situação particular e o tipo de bem que um sujeito do seu tipo deve desejar, sendo que a conclusão desse raciocínio é sempre uma ação, mas não uma ação qualquer, mas a melhor ação a ser realizada, tendo em vista o seu *telos*, o *telos* do homem enquanto tal. Em MacIntyre, embora o raciocínio prático implique sempre a deliberação de um agente em particular, nunca é uma deliberação solitária, pois o agente deve deliberar e agir como alguém que realiza seu *telos*, que é comum a sua comunidade e tradição.

Contudo, Ricoeur dialoga com MacIntyre na busca de conceitos que garantam uma ordenação das ações e um caráter teleológico das mesmas. Ao se utilizar do conceito de prática e padrões de excelência internos às práticas – de MacIntyre – e de planos de vida ele tira as ações de um nível mais individual para um nível mais coletivo e global, uma vez que na realização das práticas os sujeitos agem tendo em vista a realização de padrões de excelência que são dados anteriormente ao sujeito. Por sua vez, as práticas são integradas em planos de vida, que oferecem a dimensão de projetos longínquos que dão o tom da ação e dos bens a serem perseguidos.

Com a delimitação destes conceitos Ricoeur se aproxima de MacIntyre na discussão acerca da ação humana que tem seu sentido garantido por uma vida que pode ser narrada enquanto unidade. O que falta ainda nas considerações de Ricoeur, que está presente em MacIntyre, é a consideração de uma tradição, de uma estrutura comunitária que forneça o *telos* último que dá sentido a todas as práticas e vidas porque compartilhado enquanto aquele que é o horizonte para o homem enquanto tal e para a melhor ação a ser desejada e realizada.

Referências

CARVALHO, Helder Buenos Aires de Carvalho. A *phrónesis* aristotélica: breve comparação

das leituras de Alasdair Macintyre e Paul Ricoeur. **Hypnos**. São Paulo, número 27, 2ª semestre 2011. p. 260-283.

MACINTYRE, Alasdair. **Whose Justice? Which Rationality?** Notre Dame: University Notre Dame Press, 1988.

MACINTYRE, Alasdair. Practical rationalities as social structures. In: KNIGHT, Kelvin. (Ed) **The MacIntyre reader**. Notre Dame: University of Notre Dame Press. 1998b. p.120-135.

MACINTYRE, Alasdair. **Dependent Rational Animals: Why Human Beings Need the Virtues**. Chicago: Open Court Publishing Company, 1999. (The Paul Carus Lectures Series, 20).

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Tradução de Jussara Simões. Revisão técnica de Helder Buenos Aires de Carvalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

MACINTYRE, Alasdair. **After virtue: a study in moral theory**. 3.ed. Notre Dame: University Notre Dame Press, 2007.

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de Quem? Qual racionalidade?** Tradução de Marcelo Pimenta Marques. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

RICOEUR, Paul. **Do texto a ação: ensaios de hermenêutica II**. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés Editora, 1989.

RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

Recebido em: 13/08/2014

Aceito em: 02/10/2014